



CLASSES HOSPITALARES E COVID-19: A (DES)PRÁTICA PEDAGÓGICA HOSPITALAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Renata Souza de Lima¹

A Pandemia do novo Coronavírus, que assola o mundo desde o final de 2019, acarretou o surgimento de uma crise sanitária e humanitária que nas palavras de Santos (2020, p.6) “[...] vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita [...]”. Pelo exposto, a crise sanitária e humanitária sempre existiu, o que aconteceu foi a legitimação escandalosa da negação das políticas sociais, inclusive da educação.

No Brasil, a pandemia de Covid-19 foi fundamental para a aprovação de medidas neoliberais no âmbito educacional, como forma de “[...] ‘resolver’ a crise no sistema público [...]” e “[...] aprofundar a agenda neoliberal de privatização da educação sob o manto da urgência e desespero provocados pela peste [...]” (LIMA *et al.*, 2020, p.17).

Quando se trata do atendimento pedagógico em classes hospitalares, o que já era um direito negado para vários sujeitos, se tornou ainda mais evidente. Embora as primeiras classes hospitalares tenham surgido ainda no Brasil Colônia (CAIADO, 2002), a atuação do pedagogo nesses espaços ainda é questionada por muitos, ou por falta de informação ou por preconceito, tendo em vista que o que se ouve é que o lugar do pedagogo é na escola (DANTAS, 2020).

Com o crescimento desse campo de atuação do pedagogo a partir dos anos 2000, com a elaboração de variadas políticas públicas que asseguram o atendimento pedagógico em ambiente hospitalar (LIMA, 2019), “[...] percebe-se ainda a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas educacionais, que atendam com efetividade às necessidades educativas especiais dos alunos enfermos [...]” (DANTAS, 2020, p. 227).

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). Email: rsouzalima51@gmail.com.



Apesar de ainda pouco explorado no Brasil, estudos sobre o atendimento pedagógico em ambiente hospitalar para crianças e adolescentes enfermos, buscam enfatizar e informar à sociedade acerca dos direitos fundamentais à saúde, educação e ao brincar, além de explorar e contribuir cientificamente para ações que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos sujeitos enfermos e hospitalizados (CECCIM, 1999).

As práticas pedagógicas no ambiente hospitalar objetivam considerar as particularidades dos sujeitos e as complexidades que esse ambiente apresenta. Nesse sentido, o currículo deve ser flexível e multicultural, sempre de modo a atender às demandas individuais dos alunos enfermos. Outra particularidade do atendimento pedagógico hospitalar, é que o aluno é sempre o protagonista do seu processo de aprendizagem, podendo refletir acerca da sua realidade e de como transformá-la. O professor da classe hospitalar é o agente mediador desse processo de aprendizagem e, inclusive, das relações interpessoais entre os demais, buscando sempre motivar o aluno a superar suas limitações em busca do despertar do desejo de aprender, construir valores e saberes.

Cabe destacar ainda que a classe hospitalar é responsável pela “[...] instrução escolar, desenvolvimento nos processos psíquicos e intelectivos e na produção de aprendizagens [...]” (ORTIZ; FREITAS, 2005, p. 53). A prática pedagógica no hospital busca sempre uma intervenção pautada no lúdico e na recreação, buscando intermediar a realidade que aquela criança e adolescente estão vivendo, intermediação com a realidade que eles deixaram fora do hospital.

As crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados são alunos temporários da educação especial, isso porque com as inúmeras internações, esses sujeitos não conseguem acompanhar o currículo escolar e “[...] correm um risco maior de reprovação e evasão, podendo configurar um quadro de fracasso escolar [...]” (ORTIZ; FREITAS, 2005, p. 54). Com a pandemia de Covid-19 esse quadro foi intensificado, pois além de estarem afastados da escola regular, esses alunos ficaram sem atividades escolares na classe



hospitalar devido ao isolamento social. Esses alunos, que já não eram incluídos no sistema educacional, passaram a ser isolados e excluídos, também, da classe hospitalar devido à crise sanitária.

Santos (2020) nos leva a refletir sobre como a pandemia do novo Coronavírus possibilitou a ampliação da invisibilidade de sujeitos que já eram invisíveis. O Conselho Nacional de Educação, ao aprovar o Parecer n.º 05/2020, que propôs a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia de Covid-19, privou crianças e adolescentes hospitalizados do direito à educação que lhes é garantido por meio da Constituição Federal de 1998 e assegurado pelo Estatuto da criança e do Adolescente (1990). O Parecer n.º 05/2020 não menciona em seu texto como as crianças com necessidades educacionais especiais, transitórias ou não, podem participar das aulas remotas, bem como não houve a participação de entidades representativas desse público na elaboração dessa política (LIMA, *et al.*, 2020). Dantas (2020, p. 228), destaca ainda que “[...] O direito à educação se ocupa em atender à demanda da escolarização dos pacientes durante o tratamento de saúde. O direito ao brincar oferece oportunidades lúdicas durante a internação, que favorecem a continuidade do desenvolvimento infantil [...]”. Tanto as atividades escolares, quanto as atividades lúdicas, são, para esses sujeitos, uma válvula de escape da dor.

É preciso levar em consideração que as atividades pedagógicas desenvolvidas nas classes e brinquedotecas hospitalares têm um impacto muito positivo na recuperação dos sujeitos adoecidos (CECCIM, 1999), uma vez que não se resume apenas em ocupar o tempo ocioso da criança e do adolescente, mas, em buscar elementos que garantam a continuidade das atividades escolares e do direito à educação, ainda que estejam fora da escola regular, e que não percam a essência do ser criança, mesmo que seja dentro do hospital.

Em um relato pessoal de Jacqueline Dantas, Pedagoga Hospitalar do João XXII, em Minas Gerais, é possível sentir – até no de ler – como a



pandemia chegou com força no sistema público de saúde e afetou, principalmente, o atendimento pedagógico hospitalar:

Por se tratar de uma situação completamente nova para o mundo, os protocolos estavam em construção, todo o sistema de saúde estava em risco e a discussão passou a ser sobre a ordem da essencialidade. Quem deve permanecer no hospital? Quem deve se afastar? O pedagogo é um profissional essencial nesse momento? Qual equipamento de proteção individual este ou aquele deve usar? (DANTAS, 2020, p. 230).

Foi nesse cenário que os projetos de extensão universitária e os projetos voluntários foram suspensos para manter a biossegurança no ambiente hospitalar, que as brinquedotecas foram fechadas para evitar aglomerações, além da suspensão das aulas nas esferas municipais, estaduais e federais, tendo, posteriormente, retornado de forma remota, o que não ocorreu para os alunos das classes hospitalares que foram mais uma vez segregados e invisibilizados pelo Ministério da Educação.

Essas indagações nos levam a refletir sobre como, nesse momento pandêmico, somos frágeis e como esse inimigo invisível desestabilizou toda uma estrutura de país que já estava instável devido à crise política.

A pandemia trouxe consigo, além de um cenário maior de invisibilidade desses sujeitos, um quadro de insegurança, confusão mental e incertezas, potencializando pensamentos de medo, estresse e angústia, tanto nas crianças e adolescentes, quanto em seus acompanhantes. “[...] O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível [...]” (SANTOS, 2020, p. 10).

O estar fora da escola por motivo de doença significa estar ausente de um espaço em que esses indivíduos estariam trocando experiências e aprendizagens. A mudança de hábitos decorrente da pandemia de Covid-19, atingiu ainda mais esses sujeitos que, além de estarem distantes da escola regular, tiveram que estar afastados das classes hospitalares também. Nossa luta é, portanto, para que essas crianças sejam crianças, sejam estudantes, sejam aprendizes e que sua condição de saúde não seja motivo de exclusão



ou de segregação.

REFERÊNCIAS

CAIADO, K. R. M. O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar: um espaço em construção. In: RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. (Orgs). **Educação especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Ed. Avercamp, 2003. p. 71-78.

CECCIM, R. B. Classe Hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. **Pátio**, v. 3, nº 10, p.41-44, ago/out. 1999.

DANTAS, J. L. L. "Viver é muito perigoso" - A prática pedagógica hospitalar em tempos de pandemia: uma reflexão à luz de Grande Sertão: Veredas. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 226 - 236, 1 sem. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23766>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

LIMA, R. S. **Classes hospitalares**: a efetivação tardia de um direito constitucional. Orientador: Edna Cristina do Prado. 2018. 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2019.

LIMA, R. S.; PEREIRA, A. C. O. N.; LIMA, P. R. S.; SILVA, S. M. R. Avanços neoliberais no Conselho Nacional de Educação: análise do Parecer Nº 05/2020. **BrazilianJournalofDevelopment**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 65182-6520, set. 2020. DOI 10.34117/bjdv6n9-087. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16156/13221>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. **Classe hospitalar**: caminhos pedagógicos entre saúde e educação. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**.Coimbra: Edições Almedina, 2020, p.32. ISBN 978-972-40-8496-1.